

## MEMÓRIA TÉCNICA da 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ PJ1

**Data da reunião:** 13/09/2017 (quarta-feira) às 14h00

**Local:** Auditório do IEF - Camanducaia/MG

### Participantes:

#### Poder Público Estadual

Raquel Junqueira Costa  
IEF – Instituto Estadual de Florestas

Daniilo Chaves  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Hélio João de Faria Neto  
Secretaria de Estado de Agricultura, pecuária e  
abastecimento – SEAPA

#### Poder Público Municipal:

Jefferson Benedito Rennó  
Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim

Geovane Rodolfo Pereira Diógenes  
Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim

Gabriel Augusto Campos  
Prefeitura Municipal de Itapeva

Damião Aparecido do Couto  
Prefeitura Municipal de Toledo

Luana da Silva  
Prefeitura Municipal de Camanducaia

Paulo Henrique Pereira  
Prefeitura Municipal de Extrema

#### Usuários:

Carlos Renato Viana  
Federação das Indústrias do Estado de Minas  
Gerais – FIEMG

Rosângela Makssur Krepp  
Companhia de Saneamento de Minas  
Gerais - COPASA

José Maria do Couto  
SINMEC – Sindicato de Indústrias de Cambuí,  
Camanducaia, Extrema e Itapeva.

Antonio Carlos Severine  
Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema

#### Sociedade Civil:

José Carlos Zambone  
Associação dos Atrativos do Salto

Isaac Borges da Rosa  
Associação de Agricultura Orgânica e  
Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS

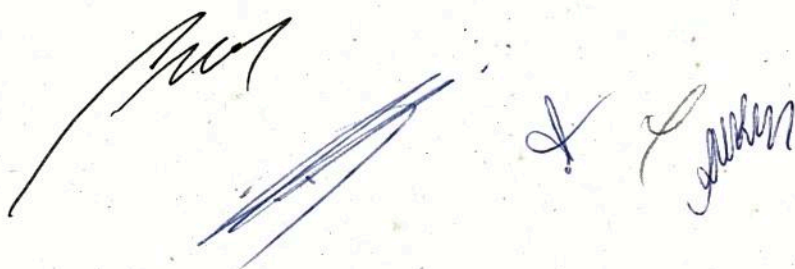
#### Convidados:

Sérgio Razera  
Agência das Bacias PCJ

Eduardo Cuoco Léo  
Agência das Bacias PCJ

Sidney José da Rosa  
Gerenciadora PJ – Irrigart

Marina Peres Barbosa  
Gerenciadora PJ – Irrigart



**Pauta da reunião:**

1. Abertura;
2. Aprovação do Regimento Interno;
3. Informes relativos ao Processo Eleitoral CBH-PJ1;
4. Deliberação relacionada a aplicação dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Estadual Mineira e Federal pelo Uso dos Recursos Hídricos – Elaboração do Plano de trabalho;
5. Elaboração do Termo de Referência relacionado ao funcionamento do escritório do CBH-PJ1 em Camanducaia/MG;
6. Outros assuntos;
7. Informe dos Conselheiros;
8. Encerramento.

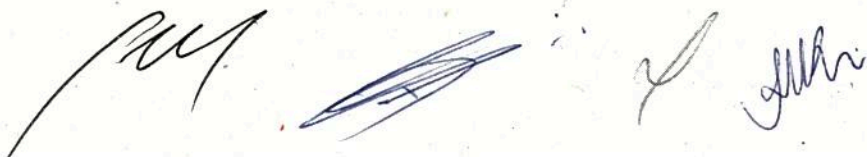
A large, stylized handwritten signature in blue ink, consisting of several sweeping, connected strokes.A smaller, more compact handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Aos 13 dias do mês de setembro de 2017, nas dependências do IEF em Camanducaia/MG, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacias PJ1 registrando-se a participação de 20 pessoas, entre representantes dos municípios, sociedade civil e usuários de recursos hídricos, e entidades do Governo do estado de Minas Gerais.

5 Jefferson Rennó, Presidente do Comitê dos Rios Piracicaba Jaguari (CBH PJ1) deu início à reunião agradecendo a presença de todos e iniciou os trabalhos solicitando que antes de entrar nos assuntos pautados houvesse um alinhamento de idéias entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), o CBH PJ1 e a Agencia das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá (PCJ), uma vez que os membros do Comitê haviam se reunido e gostariam de adotar uma nova forma de atuação para a porção mineira. Informou que Danilo Chaves é o novo representante do IGAM no plenário do CBH PJ1, substituindo a representante suplente Sra. Patrícia Gaspar Costa. Em seguida passou a palavra ao Sr. Danilo Chaves representante do IGAM. Danilo, por sua vez, iniciou a sua fala lembrando que não tem a intenção de promover a desvinculação do CBH PJ1 dos Comitês Federal e paulista, ou promover qualquer desintegração já existente nos Comitês PCJ. Disse que no entendimento do IGAM há uma fragilidade nessa integração, disse acreditar ser necessário promover uma análise dessa integração para que ela aconteça de forma mais sólida, pois nos moldes atuais essa integração pode ser questionada juridicamente. Danilo lembrou ainda que, nem o IGAM e nem os conselheiros do PJ1 tem a intenção de discutir decisões já tomadas, mas que é necessário analisar algumas questões agora para que haja maior segurança para as ações futuras. Disse que o Comitê precisa de autonomia uma vez que já está constituído e que a autonomia em questão não tem a finalidade de criar disputas ou qualquer outra divergência no contexto dos Comitês PCJ. O Sr. Danilo entende que, essa autonomia seja necessária em virtude de que na região há particularidades que precisam ser tratadas e encaminhadas na esfera estadual, sendo que a proposta da reunião é promover essa sintonia de ideias.

15 Paulo Henrique Pereira da Prefeitura Municipal de Extrema disse que ao longo dos últimos anos o Comitê PJ teve pouca atuação, tanto dos membros do Comitê quanto do IGAM e que o momento que o CBH PJ1 está vivendo é em busca de avançar nas discussões relativas aos recursos hídricos na bacia, pois, embora o Comitê tenha uma área territorial pequena, há nessa área uma grande demanda por serviços ambientais uma vez que a região é muito rica em "produção de água", o que se torna necessário desenvolver boas políticas públicas para a gestão da água, por meio de um trabalho conjunto. Em seu entendimento, esse processo já foi iniciado na região, pois os municípios já criaram ou estão criando suas leis municipais de PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, sendo que os municípios de Itapeva, Camanducaia e Extrema já estão executando seus projetos. Todos os municípios da bacia já contam com planos municipais de saneamento e recursos hídricos, portanto, de maneira geral a fase de diagnóstico macro já foi concluída, se faz necessário partir para a ação e o fortalecimento do CBH PJ1 é necessário para que se consiga executar o que foi demandado em todos esses diagnósticos.

25 Sérgio Razera da Agencia PCJ disse que a porção mineira sempre foi tratada com prioridade dentro dos Comitês PCJ, pois embora componha apenas 7% da bacia ela tem uma grande importância para a produção de água. Disse ainda, que já há algum tempo vinha sendo levantada a questão da legalidade das reuniões para se tentar encontrar um meio de oficializar as mesmas, que vinham acontecendo no âmbito do CBH PJ1. Os Comitês PCJ sempre primam pela legalidade das ações, e vê com bons olhos a aproximação do IGAM. O Sr. Sérgio lembrou que todas as decisões tomadas até o momento, foram em comum acordo com o CBH-PJ1 e que esta nova visão do IGAM, embora seja um pouco mais exigente do ponto de vista legal, será adaptada pela Agência PCJ conforme pertinência. Sérgio afirmou ser importante ressaltar que não há como romper a integração, pois o conjunto de produção de água é integrado independentemente de qual Estado seja ou em qual a territorialidade a gestão precisa ser feita. Lembrou que no Plano de Aplicação Plurianual PAP da cobrança Federal 2013-2016 foi destinado ao CBH PJ1 um montante de 2 milhões de Reais e neste novo PAP 2017-2020, serão investidos na bacia cerca de 4 milhões de reais. Paulo Henrique lembrou



que este ganho foi discutido em reuniões anteriores que ocorreram na porção mineira e que a partir dessas reuniões é que se deparou com a necessidade de criar novas demandas ao CBJ PJ1. Sérgio informou que no mês de novembro serão disponibilizados os recursos da demanda espontânea para projetos de combate a perdas e saneamento e que esses recursos também poderão ser pleiteados por entidades da porção mineira, como já acontece com a ETE de Camanducaia e que está feliz com essa nova demanda, uma vez que Minas Gerais é a "caixa d'água do Brasil" e que o trabalho do CBJ PJ1 resultará em produtos melhores para a produção de água.

Danilo, perguntou a Sérgio qual é a atual arrecadação com a cobrança Federal pelo uso da água, e o mesmo respondeu que gira em torno de 18 milhões por ano. Paulo Henrique complementou que a SABESP paga em torno de 10 milhões pela transposição da água. José Carlos Zambone, da Associação Atrativos do Salto, disse que em nenhum momento se pensou em desintegração e, segundo ele, o que eventualmente aconteceu foram desentendimentos ou desconformidades na condução e no alinhamento de ideias. Neste momento, isso está sendo construído de uma maneira muito sólida com a ajuda do IGAM e da Agência PCJ, uma vez que cada entidade cuida de parte dos recursos destinados à gestão dos recursos hídricos. Na definição da aplicação dos recursos do PAP, foi dado o primeiro passo para a construção do novo formato do CBH PJ1 e que, com essa ação, o Comitê demonstrou interesse em construir uma nova demanda para a bacia. Sérgio esclareceu que a legislação permite que cada região crie seu comitê, um mineiro, outro paulista e outro Federal, e que embora essas legislações sejam parecidas não são iguais. Na realidade teria que haver 3 comitês tomando decisões isoladamente, mas que em 2008, decidiu se unificar os 3 comitês em apenas um e, se não fosse dessa forma, não teriam ocorrido muitos dos avanços na gestão das águas em toda a bacia. Danilo disse que o momento é outro, Sérgio concordou e lembrou que em outros tempos não havia grande participação dos membros nas reuniões e que hoje essa participação está se tornando cada vez mais intensa e construtiva, sendo que a tendência é melhorar cada vez mais.


Sidney José da Rosa da Gerenciadora Irrigart, disse que entidades como COPASA, FIEMG entre outras são muito importantes para a consolidação dessas ações. Danilo falou a respeito da arrecadação da cobrança mineira e informou que em uma reunião ocorrida entre o IGAM e as prefeituras, ficou definido que será firmado um convenio com 4 prefeituras, uma vez que a prefeitura de Extrema abriu mão de sua parte no recurso e que na presente data, seria formado um grupo de trabalho para elaboração um plano de trabalho, com a finalidade de definir a aplicação desses recursos. Informou que foram sete anos de arrecadação e um montante de 753 mil reais, e, que se pretende firmar convênio com prazo de 60 meses. Foi proposta a inversão da pauta, aprovada por todos, para discussão o item 4- Deliberação relacionada à aplicação dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Federal e da Cobrança Estadual Mineira pelo uso dos recursos hídricos – Elaboração de Plano de Trabalho. Zambone propôs dividir o montante dos recursos por 5 e a parte que teoricamente seria destinada ao município de Extrema (que abriu mão do recurso), fosse destinada ao custeio, desta forma, garantindo possivelmente o funcionamento das atividades relacionadas aos projetos. Sérgio disse acreditar que isso não seria possível, pois apenas 7,5% da arrecadação pode ser utilizada para esta finalidade, e Paulo Henrique disse que no PAP Federal já existe um montante de 150 mil reais anuais para o apoio à gestão do CBH-PJ1. Danilo disse acreditar ser interessante o custeio da parte estadual somado ao da porção Federal, serem repassados a cada prefeitura para que as mesmas destinem esse valor para viabilizar o funcionamento do comitê. Sérgio disse acreditar que esse valor possa ser ampliado e chegar a 30%, pois dentro do convênio entre prefeituras e IGAM, isso poderia ficar estipulado e o valor a ser destinado ao custeio seria do projeto e não custeio do comitê. Danilo disse ser necessário fazer uma análise do que está sendo contemplado pelo recuso referente aos 150 mil reais (PAP PCJ) e para o que não estiver contemplado deste recurso, poderia ser feito com os recursos do 7,5% da cobrança mineira e isso ser colocado como meta de aplicação para as prefeituras.

Zambone questionou se um consórcio não seria melhor para a celebração do repasse do recurso da Cobrança Mineira e Paulo Henrique respondeu que este é um projeto futuro, sendo que Danilo



informou que a questão pode ser colocada até no plano de metas (criação desse consórcio). Zambone sugeriu reduzir o período de convenio de 5 anos e José Maria do Couto, representante do SINMEC (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema, Itapeva) ressaltou que o prazo de 5 anos é um prazo considerável. Danilo disse que o processo de tramitação de um convênio é lento e que, por isso foi sugerido esse período de vigência, mas que cabe ao colegiado definir. Jefferson lembrou que a celebração de um convênio com prazo de vigência na transição de uma gestão para outra, a chance de se ter problemas é muito grande. Paulo Henrique sugeriu que a celebração do convênio fosse até 2020, para coincidir com o PAP e os mandatos municipais. Sérgio disse que a questão do consorciamento dos municípios teria que ser muito bem pensada, uma vez que os recursos provenientes da cobrança mineira não são suficientes para o custeio dessa entidade. Zambone ressaltou que há outras possibilidades a fim de buscar recursos para este custeio e Danilo lembrou que a Agência Nacional de Aguas está buscando uma nova definição para custeio, afim de viabilizar ações. Sérgio disse que esta questão precisa ser revista e Danilo, que precisa se tomar cuidado para que não haja uma duplicidade na aplicação dos recursos destinados ao custeio e, que se faz necessário separar o que será pago com recursos da cobrança Federal e o que será custeado com recursos da cobrança mineira.

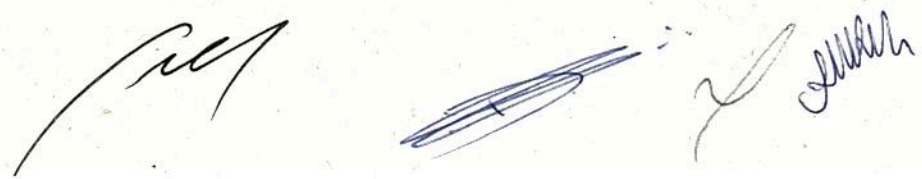
Ficou definido que o convenio será firmado até 2020, com a possibilidade de renovação para 60 meses. Sérgio informou que em 2012 houve uma atualização nos valores da cobrança paulista e Federal e que isso não aconteceu em Minas Gerais, pois os recursos não estavam sendo aplicados, mas, que em 2019 provavelmente isso seja feito. Danilo disse que existe na ANA uma proposta de revisão nacional e que na bacia PJ1 existe a necessidade de fazer uma campanha para atualizar os cadastros e assim melhorar a arrecadação, e que conforme formos aplicando o dinheiro iremos ganhando legitimidade. Ficou definida a criação do grupo de trabalho com um representante de cada prefeitura, sendo a Sra. Luana Silva da Prefeitura Municipal de Camanducaia, Gabriel Augusto Campos da Prefeitura Municipal de Itapeva, Damião Couto da Prefeitura Municipal de Toledo, Geovane Diógenes da Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim, José Carlos Zambone da Associação Atrativos do Salto e Maicon Teixeira representante do IGAM e Raquel Junqueira Costa do IEF, Paulo Henrique Pereira da Prefeitura Municipal de Extrema e, decidiu que ficaria aberta a participação de outros interessados. Ficou estipulado o prazo do dia 17 de outubro para a entrega do plano de trabalho, data também da reunião dos segmentos no processo eleitoral. Em seguida foi discutido o item 2 da pauta - Aprovação do Regimento Interno do Comitê dos Rios Piracicaba Jaguari - Raquel informou que foi feita uma reunião do grupo de trabalho composto por ela, Zambone e Laene Vilas Boas da FIEMG e que participaram ainda Amaziles Pirés do IGAM e Sidney José da Rosa da Gerenciadora IRRIGART. Informou ainda que foram feitas algumas alterações para adequar o que foi demandado pelo IGAM. Zambone informou que foram feitas mais de uma reunião para tratar desse assunto e que houve um trabalho para pactuação das ações, disse que uma primeira análise foi feita pela Agência PCJ, que houve várias análises a respeito dos temas e que o Regimento Interno foi adequado segundo orientações do departamento jurídico do IGAM, sendo que no seu ponto de vista, as alterações não foram muito significativas. Dentre os pontos mais relevantes, a alteração na nomenclatura do Comitê, a fim de alinhar o que está estabelecido no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e outras entidades no Estado de Minas Gerais passando o Comitê PJ a ser denominado CBH PJ1; e a proibição da participação dos membros através de procuração. Clarissa Bastos do IGAM disse que essa nova condição pegou muita gente de surpresa e que todos ficaram bastante receosos em virtude da nova condição na participação dos conselheiros, mas que isso não seria impedimento para o estabelecimento do quórum em reuniões, pois o membro que não puder participar poderá ser substituído e reconduzido ao cargo na próxima reunião e que para isto deverá ser feita duas vezes a substituição, por exemplo. Clarissa falou ainda que alguns comitês estão fazendo apontamentos em relação à revisão do Regimento Interno para serem encaminhados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a fim de que na próxima revisão dos Regimentos Internos, esses problemas possam ser sanados. Paulo Henrique disse que essa nova condicionante iria



interferir na participação dos representantes mineiros no Comitê Federal e que caberia à Agência PCJ mobilizar a Câmara Técnica de Planejamento para discutir esse novo modelo. Sérgio solicitou que essa nova versão do regimento interno seja encaminhada à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ para análise e, que naquele momento não era possível discutir essas questões, pois outras mudanças irão ocorrer e que todas as alterações deveriam ser debatidas conjuntamente com o CBH PJ1, Secretaria Executiva, Câmaras Técnicas dentre outros. Paulo Henrique disse que do ponto de vista prático os membros do PJ1 deverão continuar participando do Comitê PCJ Federal, uma vez que todos os membros que participam do Comitê Federal participam também do Comitê mineiro. Amaziles falou a respeito do quórum e Clarissa explicou que não havendo o quórum, os membros poderão dar prosseguimento à reunião podendo apenas tratar de assuntos não deliberativos e o presidente pode deliberar algum assunto através de *Ad Referendum*. Sérgio falou sobre uma exigência das entidades sem fins lucrativos estarem cadastradas no CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, e questionou se todas as entidades participantes do PJ1 estão. Zambone esclareceu que são apenas as entidades ambientalistas que precisam ter esse cadastro e Clarissa complementou que há no Edital de Convocação Eleitoral 2017/2021 descrição de outros documentos necessários, como relatório de atividades que comprovem a participação da entidade com ações ambientais e que apenas isso supre a necessidade do cadastro, sendo que essa exigência não inviabiliza a participação das ONGs. Sérgio falou a respeito de uma redação que trata do tema "criação e participação de Câmaras Técnicas" alegando que o termo "e/ou" pode dar um duplo sentido à redação do texto. Zambone argumentou que o termo é sim adequado para o propósito da frase, pois o sentido da mesma é criar e participar das câmaras técnicas. Clarissa fez a leitura de uma nota técnica do jurídico do IGAM aprovando a redação como está.

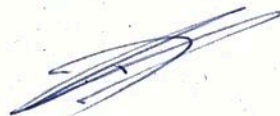
Sérgio abordou a questão que trata do cargo de Secretário Executivo Adjunto, disse que este cargo foi criado com o aval do IGAM no passado, para promover a figura do representante mineiro, porém isto não estava previsto no Regimento Interno, sendo que com essa nova composição, não será mais possível o Secretário Executivo do Comitê Federal exercer também a função de Secretário Executivo na porção mineira. Disse ainda, que no momento de sua criação, a figura do Secretário Executivo Adjunto era a que representava a integração dos Comitês e que neste momento essa configuração não seria mais possível. Zambone disse que no seu entendimento o Comitê não precisa de um Secretário Executivo Adjunto, mas que o cargo é necessário para atender a uma determinação da Deliberação Normativa CERH nº 052. Clarissa disse que a criação do cargo de Secretário Executivo Adjunto foi deliberada pelo CERH para que houvesse um alinhamento entre os Comitês do Estado de Minas Gerais, pois cada diretoria era composta por uma quantidade de membros e também para haver representatividade de três segmentos na diretoria. Sidney lembrou a alternância dos segmentos na diretoria o que impossibilita uma determinação dos Comitês PCJ de um prefeito ocupar a presidência do Comitê. Sérgio disse que para a integração isso não tem problemas, e que essas condições são estabelecidas através de acordos, porém estes não estão escritos no Regimento Interno.

Clarissa falou dos desafios e das dificuldades para a aprovação do novo Regimento Interno, sendo que pra ela é uma satisfação ver o CBH PJ1 mobilizado e funcionando tão ativamente. O regimento Interno foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em seguida foi tratado o item 3 da pauta - Informes sobre o Processo Eleitoral - Jefferson disse ser importante o esclarecimento de possíveis dúvidas, pois o pleito está próximo e aquela era a oportunidade para eventuais esclarecimentos. Zambone informou o que já havia acontecido durante o processo e o calendário das próximas atividades também já disponibilizado. Amaziles listou as entidades habilitadas e seus respectivos segmentos. Zambone esclareceu que, na reunião dos segmentos que ocorrerá em 17 de outubro, todas as entidades deverão estar representadas a fim de indicar titulares e suplentes para a composição do Comitê, e que no intervalo da indicação dos membros até a posse é que serão definidas as chapas que irão concorrer à nova diretoria. Clarissa esclareceu que a manifestação para a composição da diretoria será através de uma chapa e que esta chapa deve apresentar uma



proposta de trabalho até 10 dias antes do pleito. Geovane Diógenes da Prefeitura municipal de Sapucaí Mirim, perguntou se um representante de qualquer segmento poderia assumir um cargo na diretoria. Clarissa esclareceu que segundo o que está estabelecido na DN CERH nº 52, qualquer entidade pode compor a diretoria, porém, tem que haver alternância de segmentos. No caso do PJ1, como a Prefeitura de Sapucaí Mirim está no primeiro mandato, poderá ser reconduzida ao cargo, sendo que o mandato terá a vigência de apenas dois anos e, que embora não possa ser repetido o segmento, a entidade pode ser reeleita neste caso específico. Danilo disse que a alternância ocorre de quatro em quatro anos, podendo ocorrer de dois em dois anos. Clarissa disse ainda que para os próximos passos do processo eleitoral, seria importante que se fizesse as indicações dos membros na reunião de segmentos, o que isto aceleraria o processo eleitoral. Sidney falou das dificuldades que teve para mobilizar as entidades e que o resultado foi alcançado graças a muito trabalho e Clarissa reforçou a sua fala, dizendo que realmente esse processo precisa ser enaltecido, sendo que o trabalho de mobilização demonstra o fortalecimento do Comitê.

O próximo item de pauta discutido, foi a elaboração do plano de trabalho para o funcionamento do escritório do CBH PJ1 em Camanducaia. Paulo Henrique disse que como o escritório hoje funciona através de um contrato da Agência PCJ com a Irrigart, caberia ao Sérgio prestar os esclarecimentos dos andamentos desse contrato. Sérgio iniciou a sua fala dizendo que esse contrato se dá no sentido de fortalecer as ações do Comitê e que houve uma parceria com o IEF, que faz a cessão do espaço. Houve uma licitação para a contratação de uma empresa, para fazer não somente um apoio da parte administrativa mas também para acompanhar tecnicamente vários projetos que estão acontecendo na porção mineira, como a reforma do viveiro de Camanducaia, projeto de macrodrenagem de Camanducaia, projeto este que está na fase 2, projeto relacionado ao CAR mineiro que cadastrou uma média de 600 propriedades, e que essas informações estarão disponíveis em um portal que será utilizado nos projetos de PSA em Minas Gerais. Será licitado um projeto de macrodrenagem para o Córrego da Divinéia em Itapeva e que estão em fase de execução, os projetos de tratamento de esgoto dos Distritos de Areias e Flores, disse que o novo PAP será 100% destinado ao PSA mineiro onde serão investidos 4 milhões de reais na porção mineira nos próximos 4 anos e que estão sendo feitos encaminhamentos para que isso ocorra ainda este ano e que a função da empresa é acompanhar tudo isso elaborando relatórios, pareceres técnicos, dentre outros. Precisa ser definido se o custeio do escritório continuará sendo feito com recursos da cobrança Federal e que dentro deste contexto haveria duas possibilidades: sendo a primeira o aditamento do contrato vigente e a outra, licitar uma nova empresa para executar os serviços do escritório e que o fato é que existe um recurso do PAP de aproximadamente 150 mil reais para possibilitar o funcionamento do escritório ou através do aditamento ou de uma nova licitação. Danilo sugeriu que isso ficasse definido para que o Comitê não fique sem o apoio do escritório. Zambone lembrou que existe um prazo legal de 30 dias que antecedem o fim do contrato para comunicar a empresa do aditamento ou da suspensão do mesmo. Paulo Henrique sugeriu que o mesmo grupo de trabalho que foi instituído para elaborar o plano de aplicação dos recursos da cobrança mineira também elaborasse um plano de trabalho para ser executado pelo escritório do CBH PJ1 e apresentado na próxima reunião. Sidney lembrou que não haveria tempo hábil para isso uma vez que a manifestação junto a IRRIGART terá que ocorrer até o dia 02 de outubro. Sérgio confirmou essa informação e disse que esta manifestação teria que ocorrer antes e que se a proposta de Paulo fosse aceita estaria descartada a proposta de aditamento. Danilo perguntou quanto tempo seria necessário para a Agência licitar uma nova empresa. Paulo Henrique perguntou se esse apoio ao escritório não poderia ser feito pela FUNDAG que é uma instituição sem fins lucrativos e Sérgio respondeu que seria mais complicado pois essa instituição não atenderia a todas as exigências demandadas para o contrato, e que teria que se focar no objeto e na especialidade da entidade. Paulo sugeriu que a Agência apresentasse ao Comitê a melhor proposta para o funcionamento do escritório e Sérgio respondeu que sem sombra de dúvidas a melhor proposta era o aditamento em virtude das demandas que existem tanto aqui na porção mineira quanto no escritório em Piracicaba, disse ser indispensável a presença da empresa e do aditamento



do contrato. Paulo Henrique perguntou por quanto tempo seria esse aditamento e Sérgio respondeu que seria no prazo de 6 a 12 meses, e respondendo também à pergunta de Danilo, pois há uma grande quantidade de projetos a serem licitados na Agência PCJ. Clarissa perguntou se esse prazo era para se iniciar o processo licitatório ou para concluir o mesmo e Sérgio respondeu que esse prazo era para se colocar o processo licitatório no ar e Danilo afirmou que a contratação de uma nova empresa só se daria no segundo semestre do ano que vem. Clarissa sugeriu que se faça o aditamento do contrato e que já se comece a pensar no novo modelo de atividades para o escritório. Todos concordaram e Paulo Henrique disse que precisava encaixar as metas dos recursos da cobrança mineira e da cobrança Federal nas atribuições do escritório e criar uma maneira para que haja essa conciliação e se, com o aditamento isso seria possível, dentro do contrato atual. Sérgio disse não ser possível alterar o objeto do contrato e que só poderia aditar prazos com um pequeno reajuste financeiro para dar continuidade aos trabalhos. Porém, existe a possibilidade de se fazer uma negociação com a empresa e que se o contrato for rompido agora ele terá grande dificuldade em dar continuidade aos projetos na região uma vez que não há corpo técnico suficiente para prestar o apoio necessário à porção mineira; disse ainda que de alguma forma esse apoio vai existir, porém de forma menos específica, mais geral, mas que na atual conjuntura teria problemas se esse aditamento não acontecesse. Sidney disse que o escritório seria um interlocutor das ações do Comitê e Sérgio disse que quem iria fazer o Comitê funcionar seriam os membros da diretoria. Clarissa disse que pelo fato do objeto do contrato ser amplo, caberia uma negociação neste sentido, e Sérgio concordou, porém respondeu que faria uma consulta à empresa. Paulo Henrique propôs que a Agência apresente uma demanda para o aditivo estabelecendo prazos e que ficaria a cargo do grupo de trabalho apresentar apenas as novas atribuições do escritório para ser cumprido o plano de trabalho, pois acha necessário que o escritório centralize as ações tanto do PAP quanto da porção mineira juntamente com o apoio da equipe de Piracicaba, a fim de viabilizar o suporte a essas ações. Sidney perguntou se todos estavam de acordo com essa proposta e todos afirmaram que sim, ficando estabelecido a Agência enviar à presidência do Comitê através de um e-mail para que todos tenham ciência do que está previsto no contrato e TR e ficou a cargo do grupo de trabalho encaminhar também à diretoria, as novas atribuições antes do dia 02 de outubro. Paulo Henrique solicitou que se estabelecesse uma data para a reunião do grupo de trabalho e essa foi marcada para o dia 22 de setembro às 14 horas na sede da APA Fernão Dias. Dentro do item "outros assuntos", Eduardo Leo da Agência PCJ, apresentou a metodologia adotada para a revisão do plano de bacias nos Comitês PCJ, sendo que houveram várias contribuições, além de discutidas várias propostas para que esta revisão atenda às necessidades da porção mineira. Não havendo mais assuntos a serem deliberados o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

285

